

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL E A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO JURÍDICA DOS PROFESSORES/ADVOGADOS DO ESCRITÓRIO DE APLICAÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Eliane Maria da Silva Jovanovich (Universidade Estadual Paulista – Unesp)

Lídia Eugenia Cavalcante (Universidade Federal do Ceará – UFC)

***THE INFORMAL BEHAVIOR AND THE NECESSITY OF LEGAL INFORMATION OF
TEACHERS/ATTORNEYS OF THE OFFICE OF APPLICATION OF LEGAL AFFAIRS OF THE STATE
UNIVERSITY OF LONDRINA***

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Este estudo é extrato da pesquisa realizada como tese de doutoramento em Ciência da Informação. Objetiva verificar as necessidades e o comportamento informacional dos professores/advogados do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), quanto à busca e uso das informações para subsidiar aulas práticas e orientações dadas nas disciplinas ministradas por eles no Estágio Obrigatório. É uma pesquisa descritiva exploratória, baseada em revisão bibliográfica e estudo de caso. Os resultados demonstraram que esse grupo de professores/advogados especializado na área jurídica possui habilidades para identificar suas necessidades informacionais, avaliar as informações e efetuar processo de busca e uso das informações.

Palavras-Chave: Comportamento Informacional; Modelos de Comportamento Informacional; Informação Jurídica.

Abstract: This study is an extract of the research carried out as a doctoral thesis in Information Science. It aims to verify the needs and the informational behavior of the professors / lawyers of the Law Enforcement Office (EAAJ) of the State University of Londrina (UEL), regarding the search and use of information to subsidize practical classes and guidelines given in the disciplines taught by them in the Mandatory Stage. It is an exploratory descriptive research, based on bibliographic review and case study. The results showed that this group of professors / lawyers specialized in the legal area has the skills to identify their informational needs, evaluate the information and carry out the process of searching and using the information.

Keywords: Information Behavior; Information Behavior Models; Legal Information.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva apresentar um estudo realizado com professores/advogados, do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (EAAJ) cuja finalidade é conhecer o comportamento informacional desse público na busca de respostas às questões relacionadas ao exercício profissional caracterizando o modelo de comportamento informacional.

Fundado em 1973, o EAAJ é órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Caracteriza-se como Escritório Escola e oferece serviços de assistência jurídica à população economicamente carente de Londrina (PR) e seus distritos, permitindo que estas pessoas tenham acesso à justiça e ao exercício da cidadania. É campo do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Direito da UEL para as atividades de prática jurídica dos alunos do 4º e 5º anos. No escritório possui uma Biblioteca Setorial do Escritório de Aplicação de Assuntos Jurídicos (BSEAAJ), especializada em Direito.

A realização de estudos de usuários traz respostas às perguntas com relação à identificação dos usuários que utilizam os serviços oferecidos pela BSEAAJ, às novas demandas, principalmente no que tange às questões tecnológicas, de maneira a (re)definir os objetivos da biblioteca, e oferecer subsídios para reformulação de serviços ou produtos informacionais existentes. Conhecendo os usuários, pode-se identificar as necessidades informacionais do público, oferecer serviços especializados e contribuir para o planejamento e a gestão da unidade de informação.

Os advogados precisam de respostas para suas indagações o tempo todo, e necessitam de respostas confiáveis, o que leva à seguinte indagação desta pesquisa: Como se dá o comportamento informacional dos professores/advogados do EAAJ? E suas competências informacionais? Diante dos poucos trabalhos que tratam dos temas comportamento e competência informacional específico na área jurídica, por ser campo diferenciado e altamente especializado, cujas informações são geradas e atualizadas constantemente resolveu-se fazer a pesquisa.

Em 2011, Santiago e Barreira afirmavam que a competência informacional era um tema novo no Brasil e que no contexto da pesquisa jurídica era praticamente inexistente. No Brasil, sete anos depois a literatura sobre competência informacional jurídica ainda é muito

escassa se observarmos o quadro 1: os estudos de usuários estão voltados para o comportamento informacional (information behavior) dos indivíduos como verificamos ao pesquisar na base de dados Library and Information Science Abstracts (LISA) durante o período de 2013 a julho de 2018 (4 anos e 7 meses) sobre o tema e comparados com a área jurídica. Verifica-se que ambos os termos de pesquisa ainda são consideravelmente muito estudados, porém se compararmos com a área jurídica utilizando o termo "law", observa-se que os dados demonstram um número pouco expressivo.

Quadro 1 – Comparação da literatura estrangeira sobre “estudos de usuários” e “comportamento informacional” com ao termo "law".

Termos	Library and uses studies	Library and uses studies and law	Library and information behavior	Library and information behavior and law
2013	2.726	651	1.818	330
2014	2.266	681	1.610	331
2015	1.944	698	1.289	379
2016	1.960	597	1.153	322
2017	1.774	577	1.109	388
2018 – 23 de julho	652	282	428	145
Total	11.311	3.486	7.407	1.845

Fonte: Library and Information Science Abstracts (LISA). Acesso em 23/07/2018.

Para identificar os estudos realizados no Brasil, a pesquisa foi realizada na Base de Dados de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) que arrola mais de 55 títulos de revistas, com 19.179 artigos publicados nos periódicos de Ciência da Informação. Os dados foram relevantes, demonstraram escassez de estudos existentes com grupos da área jurídica, mesmo realizando a pesquisa com os termos "estudos de usuários" e "comportamento informacional" relacionado com vários termos da área jurídica "leis", "direito" e "advogado", o resultado foi insignificante, porém expressivo para que seja motivadas pesquisas futuras.

Diante desses fatos, considerando essa carência, este estudo investigou o comportamento informacional dos professores/advogado do EAAJ/UEL, para verificar o nível de competência informacional para identificar suas necessidades informacionais, planejar e praticar suas buscas por informação, bem como quais recursos utilizam como fontes informacionais, quais fontes na internet, se participam de redes sociais especializadas, como as avaliam e, ainda, quais são as mais utilizadas nas práticas advocatícias no EAAJ.

2 COMPORTAMENTO INFORMACIONAL: ESTUDOS

É considerado comportamento informacional todo o comportamento humano

relacionado às fontes e canais de informação, toda ação referente à busca, uso e o compartilhamento de informação no ato em que um indivíduo identifica as próprias necessidades de informação (WILSON, 2000).

Existem diversos modelos de comportamento informacional que servem como base para os estudos existentes. De acordo com estudiosos da área, os mais conhecidos na Ciência da Informação são: Modelo de Tom Wilson (1981), Dervin (1983), Ellis (1989), Kuhlthau (1991), Wilson e Walsh (1996) e Choo (1999). Os referidos modelos teóricos apresentam elementos congruentes, focados no usuário e na busca de informações, os quais são melhores descritos na Quadro 1.

Quadro 1 - Modelos de comportamento informacional: necessidade, busca e uso

Modelos de Comportamento Informacional	Bases do comportamento informacional
Modelo de Tom Wilson (1981)	Necessidades fisiológicas, cognitivas e afetivas do indivíduo.
Modelo de Dervin (1983) <i>Sense Making</i>	Situação, em tempo e espaço (lacuna) Distância entre situação desejada (necessidade) e o resultado.
Modelo de Ellis (1989)	Inicia pela busca (necessidade), prossegue com a busca, browsing, filtro e seleção, monitoramento das fontes, extração, conferência, e o fim.
Modelo de Kuhlthau (1991)	Perspectiva fenomenológica, associação dos sentimentos, pensamentos e atitudes (incertezas, confusão, necessidade , confiança e satisfação, é baseado no modelo de Ellis.
Modelo revisado de Wilson e Walsh (1996)	Incluíram a psicologia, comunicação em saúde e pesquisa para leigos com foco nas necessidades . Inclusão do mecanismo de ativação (Teoria do stress).
Modelo de Choo (1999)	Dividida em três processos: necessidade de informação, busca da informação (efetiva) e uso da informação, todos influenciados por fatores cognitivos, afetivos e situacionais.

Fonte: Martínez-Silveira; Odone (2007).

A busca informacional consiste na tentativa intencional de encontrar a informação que satisfaça uma necessidade, uma curiosidade, um objetivo. Wilson (1997) sugere que a busca informacional decorre do reconhecimento de alguma necessidade percebida pelo indivíduo que recorre aos sistemas formais ou informais, a exemplo de outras pessoas – o que denomina “troca interpessoal de informação”. Na concepção de Choo (2003), estudar o comportamento das pessoas na busca e no uso da informação é algo que acontece desde a década de 50 e o desenvolvimento de habilidades para o uso da informação tem grande impacto no desempenho dos indivíduos, pois fortalece a capacidade de acessar, selecionar, avaliar e incorporar a informação.

A atividade de busca de informação inicia-se após a percepção e identificação da necessidade e o indivíduo pode deparar-se com barreiras que surgirão no decorrer do processo. O que leva a crer que tais elementos que estimulam a busca de informação, também podem atrapalhar a forma como o indivíduo se comporta durante a busca da informação, são as barreiras que definem o comportamento informacional dos indivíduos.

Percebe-se esse comportamento na área jurídica também, visto que a informação

jurídica é o pilar que sustenta a tomada de decisões por parte dos operadores do Direito. A informação jurídica é composta por três diferentes fontes: doutrina, leis e a jurisprudência, “pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: analítica (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência)” (PASSOS e BARROS, 2009, p. 94).

Miranda (2004, p. 138) reflete que “A informação jurídica é elemento imprescindível para que se alcancem os objetivos no âmbito jurídico”. Silva (2010, p. 32) define informação jurídica, como “todo e qualquer conhecimento produzido pelo homem, com o intuito de fundamentar as atividades profissionais desenvolvidas pelos operadores do Direito”.

Na maioria das vezes, as necessidades informacionais nascem de situações que envolvem as atividades profissionais do indivíduo. O que mais tarde foi comprovada por Bresnick (1988) quando evidenciou as necessidades informacionais dos advogados, ressaltando que elas são recorrentes. Esses profissionais trabalham com um universo muito grande de informações, que envolve diversos assuntos das mais diversas áreas. Necessitam, portanto, de informações provenientes não somente em fontes primárias e secundárias de recursos legais, mas também em grande quantidade de outras fontes, como bases de dados que tratam sobre assuntos relacionados ao meio ambiente, por exemplo, à segurança, assuntos técnicos e científicos variados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, universo de estudo foi composto pelos professores/advogados que atuam no EAAJ, num total de dezoito. Desses, foram selecionados 04 aleatoriamente para fazer parte da pesquisa, sendo um de cada disciplina: 4ª Série Disciplina Estágio Supervisionado nas Disciplinas Jurídicas Profissionalizantes, 5ª Série

Disciplina Estágio Supervisionado em Direito Penal e Processo Penal, Estágio Supervisionado em Direito Civil e Processo Civil, Estágio Supervisionado em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico, enviado pelo *Google* Formulários, elaborado com 10 perguntas para coletar informações que respondessem aos objetivos da pesquisa, identificando o perfil dos participantes, as necessidades, busca e uso da informação, caracterizando um modelo aproximado dos modelos de comportamento informacional existentes na literatura. Os professores/advogados pesquisados estão inseridos na comunidade científica e, além da

pesquisa, atuam no ensino profissional e na extensão universitária por intermédio das práticas jurídicas.

Os 4 professores/advogados responderam ao questionário, as respostas obtidas foram tabuladas utilizando-se o software Excel e utilizou-se também para analisar algumas respostas sobre a frequência e hábitos informacionais dos pesquisados a escala de Likert que, segundo Cooper e Schindler (2003, p. 202), “é utilizada para mensurar atitudes e comportamento”. Consiste em afirmações que expressam atitudes e as médias poderiam variar de 0 a 4, a categorização para as intensidades variavam entre 0 = baixa e 4= altíssima.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A pesquisa desenvolvida nos revelou como se comporta informacionalmente os professores/advogados do EAAJ. Os resultados foram analisados e discutidos conforme os tópicos determinados no instrumento de coleta de dados: categorização, necessidade, busca e uso da informação. Abaixo apresentamos alguns dos resultados obtidos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO

Dos 4 participantes da pesquisa, 3 são do gênero feminino (75%) e 1 do gênero masculino. A idade varia entre 41 e 60 anos. Quanto à escolaridade, todos os professores/advogados são formados em Direito, 2 pela Universidade Estadual de Londrina, 1 pela Universidade São Francisco em São Paulo e 1 não indicou a universidade em que se formou, 3 participantes possuem doutorado e 1 possui mestrado, o que demonstra o interesse nas capacitações. As disciplinas que esses professores ministram são: Estágio Supervisionado, Prática de Processo Penal, Direito de Família e Sucessões e Direito Civil e Processo Civil.

4.2 NECESSIDADE, BUSCA E USO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

No processo de busca da informação pode-se afirmar que os participantes são independentes e autônomos na busca por informações, montam estratégias de busca, utilizam filtros, pesquisas refinadas, operadores booleanos, palavras chaves para que tenham mais êxito em suas pesquisas e obtenham sucesso na busca da informação desejada, Dois indivíduos responderam que tiveram a orientação do bibliotecário no uso das bases de dados enquanto dois relatam não terem participado de nenhuma capacitação como minicursos, *workshops*. Os materiais bibliográficos essenciais para o desenvolvimento das atividades de docência e das práticas jurídicas ainda é o livro jurídico impresso, citado em unanimidade

pelos pesquisados, seguido dos periódicos especializados e das bases de dados, o Direito é uma área que ainda está em processo de mudança do impresso para o digital, o que retrata que os professores/advogados utilizam com muita frequência as obras convencionais, como livros impressos que além de serem fontes importantes das doutrinas, o seu uso é também uma característica muito forte da área.

O ponto de partida para as pesquisas dos professores/advogados são os catálogos online das bibliotecas, seguido das bases de dados, referências bibliográficas indicadas nos textos já lidos, Portal de Periódicos da Capes, sites de busca da internet e contato com outros professores especialistas. Isto denota a importância dos catálogos das bibliotecas disponíveis na internet, pois são os catálogos que vão dar acesso à localização dos livros impressos nas bibliotecas, esse comportamento demonstra a responsabilidade dos bibliotecários com a representação e a indexação das obras que serão facilmente recuperadas pelas ferramentas que facilitam os processos realizados pelos usuários, bem como impactam no seu resultado de pesquisa.

O livro é a primeira fonte de informação jurídica que os professores/docentes utilizam quando precisam de uma doutrina, posteriormente os portais das bibliotecas e a internet (sites). Quanto precisam de uma legislação eles acessam o site do Planalto, os sites dos tribunais, de preferência o tribunal específico, tribunais de justiça estadual (TJs), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Supremo Tribunal Federal (STF) e quando precisam de jurisprudência acessam os sites dos tribunais e os repositórios (Revista dos Tribunais). As buscas pelas jurisprudências são nos sites dos tribunais pelo fato da disponibilidade ser rápida, a publicação de uma jurisprudência nos sites dos tribunais é basicamente na sequência de sua criação, enquanto nos materiais impressos demora para estar disponível o que é entendível se considerarmos que os advogados necessitam de informações atualizadas.

Os sites que os pesquisados utilizam para buscar informações exclusivamente para suas atividades profissionais, por intermédio de uma pergunta aberta justamente para que fosse revelado quais os sites utilizam, sem que pudessem ser influenciados, o site do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal foram indicados por todos os pesquisados. Outros sites também foram lembrados pela sua importância, são eles: site do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), site do JusNavegandi, do Conjur e o site do JusBrasil. Os sites do JusNavegandi, Conjur e JusBrasil arrolam informações jurídicas de todas as áreas do Direito.

Quanto ao uso das redes sociais no Facebook pelos indivíduos, 50% dos pesquisados fazem parte de alguma rede social virtual especializada. Foram citadas a participação na rede Direito e Literatura e na rede social do EAAJ. Ao tratar da avaliação das fontes de informação jurídicas, os pesquisados atribuem que é muito importante que os documentos sobre o tema sejam atualizados e que o conteúdo seja reconhecido e aceito, ou seja a credibilidade na autoridade, a veracidade da informação jurídica são elementos importantíssimos para os professores/advogados, o que leva a inferir que a confiabilidade, a qualidade e a credibilidade são os três quesitos mais relevantes, pois as fontes de informação jurídica desempenham papel fundamental no desenvolvimento das práticas do advogado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área do Direito possui peculiaridades específicas diferentes das demais áreas do conhecimento, e as fontes de informações jurídicas ocupam papel importantíssimo na elaboração e desenvolvimento das ações peticionadas pelos advogados. Percebe-se que os participantes têm consciência das suas necessidades de informação. Demonstram clareza das necessidades informacionais que surgem diante de uma situação pontuada, o que é considerável e relevante no desenvolvimento de suas atividades jurídicas.

Nenhum dos pesquisados mencionaram o uso do buscador Google, o que é uma característica importante nos dias de hoje onde as pessoas utilizam com demasia o buscador. Os modelos de comportamento informacional mais próximos identificados foram o Modelo de Ellis e o Modelo de Wilson. São necessárias novas estratégias por parte do bibliotecário para capacitar e envolver os professores/advogados diretamente com a biblioteca de maneira a estar em consonância com esse grupo de usuários que possuem competência informacional no processo de identificação da necessidade, das estratégias de busca e do uso consciente da informação desejada.

Observou-se que dentre as etapas de busca e uso da informação onde são envolvidas as ações de verificação, avaliação, finalização e a aplicação, constatou-se que os professores/advogados se sobressaem por suas expertises ao dominarem as mais variadas estratégias que os levam a desenvolver habilidades informacionais específicas, obtendo então o sucesso não somente em suas pesquisas, mas também em seus processos.

REFERÊNCIAS

BRESNICK, D. The lawyer as information manager. **Legal Studies Forum**, v. 12, n. 3, p. 275-284, 1988.

CHOO, C. W. **Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente**. Lisboa: Caminho, 2003.

_____. Closing the cognitive gaps: how people process information. *Financial Times*, London, Mar 22, 1999.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7.ed. Porto Alegre : Bookman, 2003.

DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. **International Communications Association Annual Meeting**, Dallas, Texas, 1983.

KULTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective, **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, p. 361-371, 1991.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M. S.; ODDONE, N. E. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 118-127, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/5175>>. Acesso em: 01 Ago. 2018.

MIRANDA, S. V. **Identificando competências informacionais**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>> Acesso em: 18 maio 2012.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SANTIAGO, A. E. C. BARREIRA, M. I. S. Competência informacional: habilidades em pesquisa jurídica. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, 16., 2011, Maceió. Anais...Maceió, 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/viewFile/566/448>>. Acesso em: 17 maio 2018.

SILVA, M. V. da. **O comportamento informacional de advogados: um estudo com profissionais que atuam na cidade de Marília e região**. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-53, 2000.

_____. Information behavior: an interdisciplinary perspective. **Informing Proceeding and Management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

_____. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981.

_____; WALSH, C. Information behaviour: an inter-disciplinary perspective. **British Library Research and Innovation Report**, n. 10, 1996. Disponível em: <<http://informationr.net/tdw/publ/infbehav/prelims.html>>. Acesso em: 11 jul. 2018.